

# O NORDESTE FRENTE À GLOBALIZAÇÃO

SAMUEL COSTA FILHO\*

Durante os anos 80 - chamada "década perdida" A economia brasileira não conseguiu obter as elevadas taxas de crescimento das décadas anteriores. Todavia, apesar da conjuntura nacional se apresentar desfavorável ao longo desse período, os indicadores econômicos da região Nordeste revolaram que sua economia apresentou uma taxa de crescimento de 4,7%. O que se constata é que a economia do Nordeste, fugindo à lógica das políticas de ajustamento implementadas pelo governo brasileiro obteve um crescimento apreciável.

Nos anos 90, assistimos a penetração e supremacia da onda liberal e privatizante varrendo a economia e sociedade brasileira. O governo FHC, respaldado pelo sucesso do Plano Real, prosseguiu nessa linha liberalizante tentando moldar a economia, o estado e a sociedade. O governo brasileiro posicionou-se cordial e receptivo, aceitando pura e simplesmente os ditames do capital financeiro internacional no quadro da chamada globalização.

Os efeitos positivos da política de estabilização e a decantada globalização deram margem para que os conservadores e a Grande imprensa louvassem as transformações apregoadas pelos liberais e que estariam melhorando a economia brasileira.

No que diz respeito a economia nordestina o tom é altamente otimista. A revista Veja (edição 1508, ano 30, Nº 32, 13/08/97:96-98) apresentou uma reportagem classificando o Nordeste como a nova fronteira econômica. Recordista em crescimento, a região estaria atraindo empresas, criando empregos e melhorando de vida. Assim, teríamos na nossa região: i) produto interno bruto crescendo bem mais do que a média nacional; ii) o rendimento médio das pessoas ocupadas aumentando mais do que no restante do país; iii) o índice de desemprego nas capitais nordestinas sendo menor que nas cidades do sul e sudeste; iv) a população da região foi a que menos cresceu no Brasil (tese malthusiana?); e v) nunca o Nordeste atraiu tanto investimento privado (verdade?).

Esse comportamento da economia nordestina e brasileira, ao longo das últimas décadas, também foi observado por estudos e pesquisas como os da Organização das Nações Unidas e o trabalho dos professores Alvaro Zine e Jeffrey Sach (que embora com abordagens diferentes chegaram a resultado parecidos), concluindo que o Brasil está melhorando e será no futuro

um país mais homogêneo em termos de distribuição de riqueza.

Entretanto, esse crescimento econômico da região Nordeste e as transformações ocorridas não devem ser motivos de comemorações, e devemos estudar mais detalhadamente os indicadores sociais. Pois o contexto social nordestino continua apresentando quadro mais crítico que o da média nacional (valores que não são dos mais auspiciosos).

Uma análise dos dados sobre renda apropriada revela que os 10% mais ricos da nossa população são detentores de 50,6% da renda nacional, enquanto que os 40% mais pobres têm que lutar pela divisão de apenas 7%. Por esse dado, se percebe que o Brasil apresenta uma estrutura de concentração de riqueza e renda de tal magnitude que consegue superar a de países tais como Costa Rica, Uganda, Nepal, Malásia, Zâmbia, Quênia, Botswana (vide tabela).

O Nordeste apresenta indicadores de subdesenvolvimento e pobreza aquém da média nacional e próximo aos países menos desenvolvidos do mundo. Assim, a miséria continua sendo o problema mais grave do nosso país, tendo no Nordeste uma feição mais séria.

A economia nordestina pôde obter crescimento econômico e melhorar, mesmo que de forma reduzida, os indicadores do seu sistema educacional, da área de saúde e de habitação, elevar a esperança de vida de sua população e reduzir a taxa de mortalidade infantil apesar da grave crise por que passava a economia e o estado. Ocorre que esse mesmo comportamento e resultado foram obtidos pelas demais regiões do país, mesmo frente às políticas de ajustamento e estabilização implementadas nos últimos dez anos e da crise fiscal que assolou o estado brasileiro.

Tabela 1  
Renda entre a propoção da Renda Apropriada pelos 10% mais ricos e a Propoção da Renda Apropriada pelos 40% mais pobres

País	40%	10%	10+40%	(10+40%)/4
Holanda	22,4	21,5	1,0	3,8
Bélgica	21,8	21,5	1,0	4,0
Japão	21,9	22,8	1,0	5,1
Alemanha	20,4	24,0	1,2	4,7
Suíça	20,1	23,7	1,2	4,7
Reino Unido	18,7	23,4	1,3	5,1
Estados Unidos	17,3	23,3	1,4	5,4
Uganda	16,6	20,7	1,8	7,4
Sri Lanka	15,9	24,7	2,2	8,7
Costa Rica	12,0	26,9	3,3	13,2
Nepal	12,6	46,2	3,7	14,8
Malásia	10,3	39,8	3,9	15,6
Zâmbia	10,8	46,4	4,3	17,3
Quênia	8,9	45,3	5,1	20,6
Botswana	7,0	42,1	5,5	22,2
Fiji	7,0	42,9	6,1	24,3
Panamá	7,2	44,2	6,1	24,6
Brasil	7,0	40,6	7,2	28,9

Fonte: Comendi com base nos dados obtidos em Fatorpostol (1992)  
Nota: Distribuição das famílias segundo a renda familiar per capita

Além do mais, o processo de industrialização da economia nordestina e a manutenção do crescimento regional durante as últimas décadas e, em especial, nos anos 80, não conseguiram eliminar as estruturas arcaicas que fazem parte do quadro histórico-estrutural da região, e com isso, esse crescimento foi realizado em benefício das elites e grupos dominantes já melhores aquinhoados, num processo de *modernização conservadora*, e não em benefício da grande maioria de sua população.

Num contexto e formulação de um projeto alternativo de desenvolvimento acional (em busca da justiça e equidade social), se faz necessário repensar as teorias e teses que reivindicam mais recursos e crescimento para o Nordeste. Devemos lutar por modificações na estrutura da região, procurando criar um "novo estilo de desenvolvimento regional". Esse fato se torna mais urgente frente à avalanche neoliberal que invade o governo e a sociedade brasileira, recolocando a solução de mercado como o melhor guia.

Considero o reexame da questão Nordeste dentro do quadro atual, de extrema relevância tendo em vista que: i) a exclusiva atuação dos mecanismos de mercado (individualismo, automatismo, não intervenção, racionalidade, utilitarismo, etc.) dificilmente romperão com as estruturas arcaicas regional; ii) os problemas de superação de barreiras institucionais e de intervenção governamental se constituem num problema político; iii) apesar de todo esforço realizado com a política via SUDENE de incentivos fiscais, e dos resultados obtidos, não foi possível viabilizar um verdadeiro desenvolvimento econômico e social para região; iv) a utilização durante os últimos 16 anos de políticas de curto prazo (políticas de ajustamento e políticas de estabilização),

E A

## CIÊNCIA EM REVOLUÇÃO PERMANENTE

CYNTHIA MACHADO\*

relegaram ao segundo plano a idéia de desenvolvimento e provocaram o esquecimento das questões dos problemas regionais; v) o atual predomínio do pensamento liberal que prega o Estado Mínimo e ataca não só o intervencionismo do estado mais a todas as conquistas sociais decorrentes do Estado do Bem Estar que surgiu com a revolução Keynesiana; e vi) pela necessidade de procurarmos alternativas de interpretação a essa questão e sobretudo de sugerirmos reformas e políticas a serem seguidas. Isso se faz mais urgente frente as modificações que o processo de globalização vem trazendo para a economia e a sociedade do novo milênio, além do que a *crise que assola a civilização industrial (capitalista) parece que somente será resolvida com a "mudança do modelo de desenvolvimento em vigor"* (Celso Furtado, Veja, 1997, N° 1).

Assim, continua importante, atual e urgente o resgate da questão Nordeste e do problema das disparidades regionais na agenda dos verdadeiros e importantes problemas nacionais. É indispensável a sua inclusão e discussão na formulação de um *"novo projeto de desenvolvimento para o Brasil"*, que se contraponha ao pensamento liberal (que prega o estado mínimo e as soluções de mercado livre) como o melhor caminho a ser seguido pelo nosso país. É uma tarefa a qual devem se dedicar os estudiosos realmente preocupados com o destino da nação Brasil.

Para formulação desse projeto convém ressaltar que não existe uma lógica econômica inexorável em decorrência da globalização. As políticas neoliberais (desregulamentação, liberalização, privatização, etc.) que são concentradoras e socialmente excludentes, além de não resolverem os graves problemas estruturais e sociais, são de natureza política e de responsabilidade do atual governo. Não percam as esperanças em utopias, *devemos lutar pela construção de uma sociedade mais justa, pelo fim da miséria, da fome e da exclusão social no nosso país.* Afinal, até pouco tempo atrás aceitávamos ser possível e que poderíamos mudar o mundo. Será que a volta da supremacia liberal roubou nossa coragem? ●

*SAMUEL COSTA FILHO* é professor de Economia da UFPI e doutorando em Teoria Econômica do Instituto de Economia/ UNICAMP.

**B**ons tempos aqueles em que, após suar a camisa para conseguir seu diploma universitário, o novo "doutor" punha um anel no dedo, dependurava o diploma na parede do escritório e doava seus livros para algum sobrinho ou irmão mais jovem ainda na fila do vestibular.

Bons tempos? Nem tanto. A mente inquieta do estudante era subjugada pela falsa noção de que algo pode permanecer estático em um universo que se move velozmente pelo cosmos. A ciência, caminhando ainda a passos relativamente lentos, permitia o luxo da cristalização dos conhecimentos de um profissional por dez a 20 anos, até que este fosse considerado pelo mercado como desatualizado.

Mas essa situação mudou radicalmente. Nos últimos 50 anos a humanidade acumulou mais conhecimentos do que em todos os séculos anteriores. A ciência disparou e, com a ajuda substancial da informática, multiplicou conquistas em proporções geométricas.

A cada dia milhares de novas palavras e expressões são incorporadas ao idioma para designar processos, elementos, tecnologias, fármacos, microorganismos e outras descobertas. Livros podem torna-se obsoletos poucos dias depois de publicados e o conhecimento atualizado é buscado em tempo real, on-line, via Internet.

A previsão de estudiosos do assunto é de que a quantidade de conhecimento da humanidade dobrará nos próximos 20 anos. Em tal luta diária contra a desatualização frente ao enorme cabedal de conheci-

mentos gerados nos quatro cantos do mundo globalizado.

A universidade, nicho de pesquisa e ensino, deve estar preparada para enfrentar tão grandes desafios e atuar como ponta de lança para manter tanto alunos como professores aptos a lidarem com as novas tecnologias.

O estudante deverá ser conscientizado das vantagens de manter-se em aprendizado permanente, mesmo após a graduação. O profissional que já deixou os bancos escolares há algum tempo terá que abrir mão da acomodação e voltar a estudar, sob pena de torna-se totalmente ultrapassado em dois ou três anos. Ao cruzarmos os umbrais do século XXI resta-nos apenas uma certeza: a de somos todos aprendizes de um mundo em ebulição ●

CYNTHIA DINIZ MACHADO MARTINS DE SOUSA é Chefe do Departamento de Economia do Campus Ministro Reis Veloso/UFPI, Parnaíba/PI.

### CUSTO DE VIDA

O índice de preços ao consumidor (custo de vida) registrou durante o mês de março/98, um crescimento de 0.74%, elevando assim a variação acumulada nos três primeiros meses do ano para 3.74%. Constatou-se que os produtos alimentícios continuam exercendo grande pressão, notadamente, os in-naturas e os de elaboração primária, dos quais citam-se as frutas, verduras, feijão, ovos e o peixe de água salgada, que em março registrou crescimento de preços de 13.3%.

Fonte: CEPRO